

NO PRINCÍPIO, ERA O MEDO: AS BASES DO PENSAMENTO
CONSERVADOR DO GENERAL GOLBERY DO COUTO E SILVA^{*}

Vânia Noeli Ferreira de Assunção**

Resumo:

Este artigo objetiva reproduzir, criticamente, aspectos da ideologia do general Golbery do Couto e Silva. Para isto, detalham-se alguns conceitos cuja importância avulta na compreensão do pensamento do general (segurança/insegurança, Estado/nação, nacionalismo, liberalismo e outros).

Palavras-chave: segurança nacional; militares; pensamento conservador brasileiro.

Abstract:

This objective article to reproduce, criticamente, aspects of the ideology of general Golbery of the Couto and Silva. For this, are detailed some important concepts for understanding of the thought of the general (security/insecurity, State/nation, nationalism, liberalism and others).

Key words: national security; military; thought Brazilian conservative.

Não se pode falar da história brasileira a partir dos anos 50 sem considerar a importância do general Golbery do Couto e Silva (1911-87). Sua atuação foi fundamental em uma era turbulenta da vida política nacional: ele participou do episódio que redundou na demissão do então ministro João Goulart, tendo redigido o Manifesto dos Coronéis; propôs da “solução

parlamentarista” na crise de 1961; defendeu o processo de auto-reforma do regime ditatorial – a “abertura” *lerda, longa e limitada* –, para citar apenas alguns episódios. Sua peculiaridade era agir nas sombras. Mais ainda: tanto quanto sua atuação prática, posta a serviço da burguesia brasileira, ressaltavam-se suas capacidades intelectuais e a construção de uma ideologia voltada a responder conservadoramente a problemas da realidade nacional.

Neste sentido, a questão da insegurança – e, portanto, de seu contrário, a segurança – era absolutamente fundamental para o pensamento do general Golbery. Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a quase integralidade da sua teoria baseava-se na questão primária do *medo* advindo da *insegurança*^[1]. O núcleo basilar sobre o qual se estruturava a ideologia golberyana era justamente a insegurança do homem diante de um mundo que não compreendia e onde lutava para sobreviver – o “*atordimento profundo do espírito humano* ante o mundo complexo e insondável que o circunda e por vezes o sufoca e até mesmo o agride” (Couto e Silva, 1981, p. 11).

Golbery esforçou-se por expor a dramaticidade do Medo, adjetivando-o à abundância. “Grande medo”, “medo cósmico”, “medo paralisante e tenaz” – mais que um sentimento, um estado de espírito terrível que surgia da “insegurança generalizada e crescente”, da “angústia existencial” do homem diante do mundo. Assim, existir é sinônimo de viver sob o signo da insegurança, pois “viver perigosamente” “é o próprio de toda a vida na natureza, é o próprio do homem em meio da sociedade, é o próprio do Estado também nesse mundo que ainda o circunda” (Couto e Silva, 1981, p. 403).

Patenteava-se aí, e o general não o disfarçou, a influência de Hobbes – o “filósofo do Grande Medo”. O homem é o lobo do homem. Ou, nas palavras do general, “É próprio da natureza humana que cada um, usando seus argumentos, tenha sempre como pano de fundo uma única preocupação (...): ‘E como é que eu fico?’” (Couto e Silva, 1984). Assim, a natureza do homem *sob o capitalismo*, egoística, mesquinha e interesseira, é tomada como sua essência.

Atormentada pela insegurança própria do viver, a humanidade acabou por engendrar uma entidade à qual delegou poderes excepcionais, a fim de ver-se em segurança – que não é mais que a garantia de sobrevivência, com tudo o que isso implica. Desta forma, no princípio, era o medo, e o medo fez-se Estado e veio habitar no meio de nós “o novo Leviatã, esse deus portentoso, embora mortal, da soberania e do poder absoluto”. Hobbes havia mostrado o Estado como criação racional de uma sociedade atormentada pela insegurança, que assim alienava parte de sua autonomia e de sua liberdade individuais em prol da segurança coletiva.

O Estado soberano, surgido das fontes profundas do Medo para prover a segurança individual e coletiva na Terra, passaria a afirmar sua vontade onipotente sobre os destinos de todos os súditos que o haviam criado, assim mesmo, inigualável e autárquico, mas, já agora, pela própria necessidade de um raciocínio lógico, escoreito e severo, que o justificaria, de uma vez para sempre, contra todas as críticas e contra quaisquer argumentações. (Couto e Silva, 1981a, p. 7.)

Golbery não chegou a dar uma definição única, inequívoca, de Estado, mas apenas algumas indicações, que não chegaram às definições didáticas que utilizava em outros momentos. Um dos indicativos mais sólidos são as metáforas biológicas, bastante recorrentes quando falava do Estado e de seu processo de constituição e desenvolvimento. Assim, Estado era, para ele, “um organismo político com existência real sobre uma dada área e em um momento dado”, e “nada mais traduz que uma preponderância das forças coesivas políticas, econômicas etc., sobre as forças desagregadoras de toda espécie (ou, pelo menos, um equilíbrio mais ou menos estável entre essas forças opostas)” (Couto e Silva, 1981, p. 211). Também não se resumia a um aspecto político ou militar: “Na realidade, a vida do Estado é multiforme, estendendo-se-lhe a ação promotora, controladora e inibitória ou coercitiva a campos vários e múltiplos setores, todos interdependentes” (Couto e Silva, 1981a, p. 15). Deve-se preservar sua existência “como *entidade internacional dotada de um poder soberano, como organismo social em processo de integração continuada, como nação próspera e prestigiada no mundo*” (Couto e Silva, 1981a, p. 169, grifos nossos). Mas, ao fim e ao cabo, “Os Estados são realidades indiscutíveis

e insofismáveis que atuam como unidade de poder no cenário internacional” (Couto e Silva, 1981, p. 205) a cujo serviço estão até as elites, ou seja, a sociedade como um todo está aí para servir ao Estado, organizada como nação, e para além disso constitui uma abstração. Daí sua frase famosa: “Os povos são um mito: só existem as nações, e a Nação é o Estado” (Couto e Silva, 1976).

Para Golbery, desde o seu aparecimento, “sempre foram os Estados, os verdadeiros protagonistas no cenário internacional, como intérpretes e paladinos autorizados das aspirações e interesses dos correspondentes grupos sociais” (Couto e Silva, 1981a, p. 10), situação que ainda permanecia, não obstante indícios de novas formas que se relacionariam no âmbito internacional num futuro mais ou menos próximo (OEA, Otan, URSS). Internamente, também era o Estado que realmente conhecia os objetivos da nação e não poupava esforços para atingi-los, numa visão que homogeneizava as relações no grupo social.

Assim, de acordo com o “mito fascinante e estranhamente crível do contrato social”, o Estado teria como função arbitrar conflitos internos dos homens-lobo em disputa, a fim de que a segurança do todo fosse garantida. Seria, portanto, um árbitro imparcial capacitado para decidir com sabedoria salomônica as divergências que ocorressem no interior do grupo e que pudessem ameaçar sua segurança e, portanto, sua existência.

Contraditoriamente, este pensamento teria acabado por fecundar teorias absolutamente díspares – tanto o liberalismo quanto o totalitarismo. Neste último caso, “novas mitologias totalitárias” buscavam, insidiosa ou explicitamente, “seduzir a Humanidade desvalida e temerosa ao escambo ominoso”: renegar à liberdade para ter mais segurança (Couto e Silva, 1981, pp. 362-3). Permuta potencialmente perniciosa, já que o bem-estar, a prosperidade, a liberdade e o prestígio internacional também deveriam ter níveis mínimos para a soberania do Estado e para a integração de seu corpo social – fator fundamental à sua segurança, já que “uma ameaça de desintegração social, de cisão, de cisma no seio da comunidade nacional é

sempre um desafio dos mais sérios à própria sobrevivência do Estado-Nação” (Couto e Silva, 1981a, p. 169).

Ignorando a necessária moderação, nasciam o fascismo, o nazismo e o stalinismo:

Na verdade, é a insegurança generalizada e crescente em que se debate, agoniada, a humanidade de hoje, o ópio venenoso que cria e alimenta essas horrídas visões, capazes, entretanto, de se tornarem uma realidade monstruosa.

A insegurança do cidadão dentro de cada nação e a insegurança de uns Estados em face dos outros, a visão onipresente da guerra (...) dominam o mundo de nossos dias e explicam, por si sós, essa ânsia neurótica com que (...) a Humanidade, enfim, se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam, num prato de lentilhas, um pouco de segurança e de paz. E, assim, acaba ou acabará afinal por perder, com a Liberdade traída, a própria Segurança (Couto e Silva, 1981a, p. 9).

Também no que se referia às relações dos Estados entre si, a questão da insegurança era fundamental. A própria realidade era insegura, provocadora e o “viver perigosamente” era inerente à existência do Estado, dado que não estava sozinho, mas se enfrentava com outros Estados num mundo “preenhe de tremendos presságios, desde que o Tratado de Vestfália lhes deu foros de protagonistas principais no palco da História, primeiro européia, depois universal” (Couto e Silva, 1981a, p. 19).

Cada um dos Estados criados pelo “raciocínio lógico e escoreito” dos homens “se move ao impulso potente de um núcleo de aspirações e interesses, mais ou menos definidos com precisão num complexo hierárquico”, muitas vezes contrapostos aos dos outros Estados – ou, o que é tão grave quanto, muitas vezes coincidentes (Couto e Silva, 1981a, p. 11). Por isso, cada um dos Estados se batia com os outros, procurando fazer prevalecer interesses próprios. É aí que entraria a diplomacia, mas, se esta falhasse, os Estados não poderiam hesitar em ir à guerra – vista por Golbery como praticamente inevitável.

Naquela conjuntura de guerra total, os perigos para o Estado haviam recrescido em escala exponencial – “Hoje, a insegurança do Homem é a mesma, maior ainda, talvez”, do que aquela que provocou o surgimento do Estado (Couto e Silva, 1981, p. 362). Ou seja, falhou a tentativa inicial de conseguir segurança pela criação do Estado. O grande responsável por isso foi o liberalismo, que pregava o Estado abúlico, fraco, indefeso. Os Estados ainda se relacionavam uns com os outros de maneira direta, quase sempre bifrontal, com vassalagens bem definidas, o que Golbery chamava de “fase feudal” das relações internacionais. Contudo, já havia claros sinais de que viria por aí o *superleviatã*, o organismo político multinacional que o próprio panorama internacional de guerra total exigia:

Desta forma, numa conjuntura “em que se debate, angustiado e como que perdido, o espírito humano” (Couto e Silva, 1981a, p. 15), a humanidade via se “acrescer ao velho dilema entre Liberdade e Segurança um colorido profundamente trágico” (note-se a substituição do lema da burguesia revolucionária do período iluminista: liberdade e igualdade), com o surgimento de novas armas, e com o risco iminente de perda da própria segurança por que se sacrificou a liberdade (Couto e Silva, 1981a, p. 12). Fracassou a busca de segurança com a cessão de poder ao Estado, nos primórdios do seu nascimento. Agora, a equação tendia a se repetir, em condições muito mais perigosas..

Assim, não obstante criticasse eventuais “utilizações incorretas” da teoria hobbesiana pelos déspotas, minorias tirânicas e novos césares, Golbery não questionava seus fundamentos. Pelo contrário: buscava “insensivelmente, transferir o esquema hobbesiano do plano individual (...) para o do Estado, em que para Hobbes, o ‘grande Medo’ jamais poderia existir, pois o Estado fora exatamente criado para trazer a paz aos homens” (Ferreira, 1984, pp. 585-6). Na visão de Golbery, a vida internacional refletia as características da vida de cada indivíduo dentro da sociedade: a luta de todos contra todos, na busca incessante e, muitas vezes, vital, da realização dos seus interesses.

O que se pode concluir do conceito de Estado de Golbery é que não passava de uma generalização abstrata, a-histórica e informe. Formado pelo

“estranhamente crível” mito do contrato social e embasado em um “código moral”, animado por uma “consciência coletiva” e cômico dos interesses e aspirações “comuns” a todos os seus membros, que em tese representava e que o apoiariam, assemelhava-se a uma entidade espiritual intemporal e homogênea, cujos únicos contrapontos eram os interesses de outros Estados. A origem apontada para o Estado buscava justamente transmitir a idéia de que esta instituição eliminou conflitos e diferenças sociais mais graves e representava os interesses de toda uma sociedade – em vez de classes antagônicas, o *povo* ou, como ele preferia, *a nação*. Os casos que demandariam a arbitragem “imparcial” do Estado, parece, seriam exceção. Não havia aqui, portanto, o conteúdo classista que permeia as relações sociais no capitalismo – Golbery, aliás, evitava furtivamente a identificação de seu Estado com o capitalista –, de modo que os interesses econômicos contraditórios, as divergências políticas, sociais, ideológicas internas a cada Estado desaparecem nesse *todo* em que *todos* os interesses são pardos.

Estreitamente relacionados com a instituição estatal, a nação e o nacionalismo eram conceitos fundamentais no pensamento golberyano. Todo ele tinha por pretensão estar baseado na realidade da “Nação de hoje tal como de fato se apresenta”, na “Nação de amanhã, tal como prenunciada” e a que seu pensamento servia, “a Nação toda, em toda a sua plenitude” (Couto e Silva, 1981, pp. 377-8). A nação incluía, em sua visão, a *base física*, o povo, o Estado política e administrativamente organizado, a estrutura econômico-financeira e as Forças Armadas. Em muitos momentos confundida com o Estado, a nação também só podia existir em segurança, “integrada por um propósito superior – as aspirações nacionais, os interesses superiores do povo, um programa de vida comum, um ideal como destino a realizar-se plenamente”. A segurança nacional estaria garantida quando se barrassem os antagonismos a estes objetivos comuns (Couto e Silva, 1981, p. 378).

Um dos supremos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) por ele definidos dizia respeito justamente “à persistência de todo o grupo social, do Estado e da Nação como tais”, ou seja, “Sobrevivência da Nação no espaço e no tempo como grupo superiormente integrado, em prosperidade e crescente

bem-estar”, aí incluído “o próprio desenvolvimento econômico e social, já que, para as sociedades humanas, assim como para todos os organismos de maior ou menor complexidade, a estagnação é a morte”; “eis aí, pois, o núcleo fundamental em torno do qual o nacionalismo se condensa e cristaliza” (Couto e Silva, 1981a, pp. 98, 11).

Golbery fazia questão, portanto, de caracterizar seus escritos como traduzindo “um pensamento geopolítico que se orgulha, sobretudo, de suas raízes autenticamente nacionalistas, a fundo embebidas na sólida realidade da própria terra brasileira” (Couto e Silva, 1981a, p. 3). Reiterava sempre que só valia a geopolítica se fosse verdadeiramente nacional. “De fato”, dizia ele, “o nacionalismo é, ainda, toda a nossa nobreza. E, se não o for conscientemente, muito importa que o seja” (Couto e Silva, 1981a, p. 96). Vivia-se, ainda, embora já apontada tendência em outra direção, a era de lealdade à nação, facilitando ao homem transcender “o egotismo esterilizador e anti-social” (Couto e Silva, 1981a, p. 98).

Uma das críticas a fazer ao comunismo era justamente sua alegação “internacionalista”, além de materialista e anticristã. O comunismo exótico utilizava-se traiçoeiramente do nacionalismo das massas – cuja mobilização mostrou-se força poderosa desde Napoleão – para promover os interesses soviéticos. “Daí todos esses nacionalismos falsos, esses pseudonacionalismos criminosos e espúrios que corrompem e vilipendiam e mistificam” (Couto e Silva, 1981a, p. 99).

A esses nacionalismos falsos ele contrapunha o nacionalismo verdadeiro:

Ser nacionalista é reconhecer, como suprema lealdade, a lealdade à nação de que se é ínfima parte, mas parcela atuante e consciente. Ser nacionalista é sobrepor, portanto, a quaisquer interesses outros, individuais ou de facções ou de grupos, a quaisquer vantagens regionalistas ou paroquiais, os verdadeiros interesses da nacionalidade. Ser nacionalista é estar sempre pronto a sacrificar qualquer doutrina, qualquer teoria, qualquer ideologia, sentimentos, paixões, ideais e valores, quando quer se evidenciem nocivos e de fato

incompatíveis ante a lealdade suprema que se deve dedicar, sobretudo, à Nação (Couto e Silva, 1981a, p. 99).

Consoante seu pensamento circular e autoconfirmatório, Golbery não podia trabalhar com a idéia de *nação dividida*. Se não podia desconsiderar as divisões sociais presentes no interior da Nação, elas eram elididas quase o tempo todo em função de uma visão *homogeneizante* da sociedade. Não se respondia, desta forma, quais eram realmente os interesses da nação, que eram os interesses de quem os definia: no caso, as elites – formadas, segundo gostaria, nos moldes de seu próprio pensamento e no da ESG. Sendo assim, *qualquer um que pensasse de forma diferente* da dele poderia e seria alcunhado de antinacionalista.

Os interesses e aspirações grupais não eram vistos meramente como a somatória dos indivíduos – pois a estes se somariam determinados interesses próprios da entidade coletiva (como a conservação, a coesão e a unidade do grupo) que podiam estar em oposição a aspirações estritamente individuais de seus componentes. Ao atribuir ao grupo social interesses relacionados aos aspectos da sobrevivência, expansão, proteção, influência e integração, o que se queria era traduzir “a necessidade que tem o grupo de identificar em seu seio todos os seus componentes e eliminar as diferenças e desequilíbrios internos” (Rocha, 1996, p. 76).

Fortemente influenciado pelo organicismo, o general percebia a sociedade “como um organismo sujeito a leis que são idênticas ou análogas às que governam o funcionamento dos organismos biológicos”. Sendo assim, “Em termos organicistas, tudo que contribui para o desenvolvimento e sobrevivência do organismo (sociedade) é visto como natural e positivo. Tudo que perturba seu desenvolvimento ou ameaça sua sobrevivência é visto como patológico, alheio e antinatural”. Diante disso, o objetivo máximo era “preservar um organismo natural chamado sociedade (melhor dizendo, a sociedade capitalista, democrática, ocidental e cristã) e de buscar nas origens de tudo que é universal os fundamentos de algo que não muda, apenas se aperfeiçoa” (Burgess; Wolf *apud* Rocha, 1996, p. 77). O corolário deste

pensamento era a radical desconsideração de qualquer forma alternativa de organização social.

Assim, os *fins* do nacionalismo eram apenas aqueles definidos pelas elites, que o englobavam sob o amplo e mal definido conceito de “engrandecimento da Nação”. Com essas manobras mentais, Golbery podia afirmar que “O nacionalismo é, portanto, deve ser, só pode ser um absoluto, em si mesmo um fim último”, nunca um conceito instrumental (Couto e Silva, 1981a, p. 99).

O general via, contudo, outra questão em relação ao nacionalismo: para ele, era impossível não perceber “quanto se vai quebrantando e amolecendo já o espírito nacionalista em muitas áreas do globo, justamente naquelas onde primeiro se manifestara ele”. É que, de tão “gasta”, a ideologia nacionalista aí “não mais consegue galvanizar a dedicação do cidadão nem inspirar as massas desnorteadas e descrentes”. Mas a condição abstrata de *usada* da ideologia nacionalista ganhava um corpo mais material a seguir, quando ele acrescentava que, “tais os óbices agora existentes, não mais se oferece, atraente, a promessa de um futuro radiante nos quadros, tornados por demais restritos, de nações combalidas, desesperançadas quase, amputadas muitas vezes” (Couto e Silva, 1981a, pp. 100-1).

Com a decadência do nacionalismo em seu local de origem, novas formulações ideológicas apresentavam-se: humanismo, internacionalismo, “pacifismo desfibrante e abúlico”, fronteiras nacionais modificadas por alianças (Couto e Silva, 1981a, pp. 100-1). Mas isso não quer dizer que “seja de todo irremediável, ainda, a tragédia atual desse nacionalismo, decadente e céptico, do Ocidente europeu” – que, aliás, já presenciara situações semelhantes num passado não tão remoto. Ademais, “para além de todas as fronteiras de um Ocidente que já começara, em verdade, a descrecer dela”, a ideologia nacionalista obtinha “êxito sempre crescente” (Couto e Silva, 1981a, p. 228). Na África toda, na Ásia (Indonésia, Japão, China, Índia, Sul e Sudeste do continente), na Oceania, seria justamente o nacionalismo o responsável pela contenção e posterior expulsão do colonialismo, utilizando-se das armas do

inimigo para melhor combatê-lo. “Campeia aí a xenofobia, essa doença infantil do nacionalismo.” (Couto e Silva, 1981a, pp. 100-1)

Esmaecente na Europa ocidental, xenófobo no mundo recém-emergido do colonialismo, o nacionalismo encontrava seu campo promissor – fundamento do otimismo golberyano – nos “Estados velhos-novos” (“Com um passado já largo de independência política bem consolidada”) da América Latina, que “estão a atingir, afinal, o nível superior de um nacionalismo já amadurecido, nacionalismo realista e crítico e, por assim dizer, asséptico, que não mais se coadunará com a corruptora histeria demagógica” (Couto e Silva, 1981a, pp. 100-1). Este “nacionalismo sadio” não deveria pairar no ar, mas deveria “inspirar, motivar, permear toda elaboração política, toda concepção estratégica, toda formulação geopolítica” (Couto e Silva, 1981a, pp. 100-1).

O nacionalismo sadio ajudava, pois, na constituição e engrandecimento da própria Nação (ao contrário, pode-se inferir por dedução, do nacionalismo varguista ou comunista daqueles idos dos anos 50). E, de par com isto, o nacionalismo verdadeiro era a defesa do mundo ocidental cristão-capitalista, sobre cuja base o Brasil desenvolvia um processo de *subimperialismo* ou de *key country* (Schilling, 1981; Covre, 1983; Mello, 1989). Como Oliveiros Ferreira percebeu, a introdução do elemento *antagonismo*, especialmente no nível internacional, era importante para a amarração da DSN, principalmente diante do conceito de nação.

Se a idéia de Nação poderia, talvez com riscos teórico-práticos ainda maiores, conduzir à superação do esquema hobbesiano inicial, a introdução da noção de antagonismo e seus derivados remete, no entanto, de novo ao *Leviatã*, isto é, a uma concepção do processo social em que a mudança, reconhecida, não pode ser deixada ao sabor das improvisações políticas, mas deve ser conduzida pelo Estado, cuja grande responsabilidade perante a Nação é manter a Segurança, única razão pela qual, para Hobbes, os homens abdicaram de seus direitos e poderes naturais em favor de um homem ou conjunto de homens que não participa do “*conventant*” constitutivo do Estado (Ferreira, 1984, p. 14).

Oliveiros Ferreira também apreendeu o “drama íntimo” que perpassa a ideologia golberyana: ser, ao mesmo tempo, nacionalista e estar votado à sobrevivência da civilização ocidental. Golbery procurava resolvê-lo proclamando um nacionalismo “que é toda a nossa nobreza” – mas não um nacionalismo simplesmente, e sim um nacionalismo “amadurecido, realista e crítico”, que não se chocaria com a opção pelo ocidente.

Antiliberalismo, anticomunismo e defesa da democracia ocidental Golbery era antiliberal. Por diversas vezes, ao longo de seus escritos, ele o expressava claramente. Vários outros pensadores conservadores brasileiros (influências inegáveis do general) também o eram, pois viam uma inadequação entre o liberalismo e a sociedade brasileira. Outros pregavam um antiliberalismo progressista, a ser superado por novas formas de organização social. Golbery, porém, era um dos que viam uma inadequação entre o liberalismo e o próprio mundo moderno. Para ele, o sistema liberal estava ultrapassado e poderia, inclusive, ser responsabilizado por vários males que rondavam a sociedade. Palavras como “decadência”, “impotência”, “lentidão”, “tolerância”, “abulia” e “desilusão” eram freqüentemente associadas, por ele, ao liberalismo.

Há, não obstante, que destacar a contribuição do conservadorismo brasileiro nessa percepção de fracasso do liberalismo, um dos pontos centrais do pensamento golberyano. Era a noção de falência do liberalismo que explicava o ressurgimento das “ideologias totalitárias”, o que, por sua vez, estava umbilicalmente ligado ao antagonismo vital pelo qual, no seu entender, o mundo passava.

Já mencionamos que, diante da insegurança eterna e sempre crescente do homem em sociedade, uma das mais fortes características que Golbery identificava no mundo, as mesmas idéias hobbesianas que fecundaram o liberalismo teriam alimentado as ideologias políticas que ele resumia sob o rótulo de totalitarismo, fazendo que o indivíduo abrisse mão da liberdade em prol do Estado, garante de sua segurança. Ocorre, porém, que tal invenção não funcionou a contento, pois, “extrapolando os teoremas hobbesianos”, o liberalismo veio a diminuir o poder daquela criação onipotente e autárquica. E,

novamente, diante do Medo agigantado, da insegurança rediviva, mais uma vez a humanidade parecia encontrar na renúncia à liberdade e no fortalecimento das idéias totalitárias (que ele supunha diferentes do simples aumento de força do Estado) a solução para seus problemas. O mesmo se repetia no plano internacional, com o despontar do Estado-universal (Couto e Silva, 1981, pp. 362-3).

Para Golbery, portanto, O “mundo decadente de um liberalismo impotente e exausto” reclamava outra solução para sua eterna insegurança (Couto e Silva, 1981, p. 115). Os indivíduos tendiam a querer mais direitos, “além das *simples e reconhecidamente* vãs liberdades políticas” (grifo nosso). Aliás, ainda nesse plano, o liberalismo estava sujeito a muitas outras críticas, pois, no mundo que forjara

o que seja a justiça social é ainda uma incógnita a determinar; a liberdade da imprensa e a liberdade da palavra põem em equação o problema transcendental de até onde permitir que o poder das idéias, sabiamente manipulado, possa servir de trampolim às idéias de poder; e qual seja a anatomia desse poder pelo qual se luta, se fazem sacrifícios inglórios e se sucumbe muitas vezes, e se há, na verdade, uma ética do poder (Couto e Silva, 1981a, pp. 20-1).

Estas, sem dúvida, eram questões essenciais naquele mundo pós-guerra, quando a máquina publicitária nazista (e também o stalinismo) havia posto o mundo ocidental diante de problemas inéditos. Ao questionar as bases do próprio poder, na busca de resolver as contradições que percebia, Golbery dava respostas coerentes com seu pensamento conservador.

Continuemos, porém, reproduzindo sua visão do mundo liberal. Para o general, o problema central do liberalismo era sua inação. Baseado no princípio do *laissez-faire*, da menor intervenção possível do Estado, o liberalismo propugnava, segundo ele, a apatia diante de um mundo que se debatia em um conflito terrível, que poderia custar sua própria existência. Mais: para Golbery, além de não estar adequado às necessidades contemporâneas, ou por isso mesmo, o liberalismo tinha muito de irracional e até de místico:

é a crença ainda num providencialismo oculto que saberia, misteriosa e automaticamente, resolver todas as dificuldades e compor todos os desajustamentos, numa sociedade complexa tão paradoxal que, nela, o ótimo de governo seria sempre o mínimo de governação; a confiança nas virtudes, por assim dizer míticas, dessa onisciente “volonté générale”, expressa através de um mecanismo supostamente incorruptível por um eleitorado consciente de seus deveres e cioso de seus direitos, capaz de discernir com clarividência os melhores destinos da pátria e de repudiar com sobranceira os demagogos e os políticos oportunistas (Couto e Silva, 1981, pp. 18-9).

Os problemas, no entanto, não se restringiam à política: no campo econômico, Golbery criticava a convicção de que o liberalismo,

com sua fé nas excelências do mais amplo regime de livre empresa, da iniciativa privada intangível, do mecanismo insubstituível do mercado e do jogo igualitário e justiceiro da concorrência, asseguraria por si só o progresso e o desenvolvimento econômico, criando riquezas sem conta e corrigindo todas as injustiças sociais (Couto e Silva, 1981, pp. 18-9).

Não deixava também de alfinetar o modo de ser do próprio capitalismo imperialista, seus apologetas e

as prédicas mais ou menos insinceras sobre as virtudes inexcedíveis e sem jaça da livre empresa, a doutrinação cínica em favor da eterna benemerência do capital estrangeiro, as teses cediças sobre as vantagens inigualáveis de um livre cambismo já defunto e as maravilhas da divisão internacional do trabalho, as apregoadas vocações agrícolas ou as repetidas demonstrações da perfeição admirável do mecanismo automático do mercado livre (Couto e Silva, 1981a, p. 248).

Por fim, no que concernia às relações internacionais, o liberalismo propunha “o postulado da igualdade jurídica dos Estados como salvaguarda bastante da soberania dos povos mais fracos” (Couto e Silva, 1981, pp. 18-9).

A falência do liberalismo era, pois, cabal e ampla, espreado-se nos âmbitos nacional e internacional. Era um momento decisivo: diante da decadência do modo liberal de ser, a humanidade buscava outro sistema, mesmo “totalitário”, que pudesse garantir sua própria existência e, quem sabe, um pouco de paz e de segurança. Neste contexto, “ou a Democracia se renova

e avigora ou irá sucumbir, exangue de forças e de vontade, nos braços ásperos do cesarismo”^[2] (Couto e Silva, 1981a, p. 21).

No outro extremo do gradiente de opções situava-se o totalitarismo, a opção mais lógica diante da rejeição cabal do liberalismo. No entanto, Golbery também o abjurava de antemão. Tal repulsa tinha por base a dissociação entre *liberalismo* e *liberdade*: se aquele era anêmico e irresponsável, esta era, no seu entender, parte indissociável da própria natureza do ser humano. Assim, propugnava, *nem anomia nem totalitarismo*. Em outras palavras, rejeitar o liberalismo não significava, para ele, abdicar também da “Liberdade que é exigência essencial e impenhorável da condição humana” (Couto e Silva, 1981, p. 364). Como a civilização ocidental tinha grande apreço pelo homem, não podia cercear a liberdade integrante da natureza humana: “A liberdade democrática é um valor inestimável para a civilização do Ocidente, e renegá-la, em face do agressor totalitário, seria, no fundo, confessar-se *a priori* vencido” (Couto e Silva, 1981a, p. 237).

Fundamentalmente, contudo, a liberdade não podia ser anulada ou rejeitada porque ela era *essencial para a manutenção da ordem e do progresso da sociedade*. Além, pois, das prédicas sobre a humanidade a cuja natureza a liberdade seria inerente, seu *caráter instrumental* deveria ser considerado por quem quer que buscasse a segurança e o desenvolvimento social. Assim, enfatizava inicialmente o fundamento ético da liberdade – “A liberdade do homem é, entretanto, valor eterno, pois que verdadeiro padrão de humanidade” – para, em seguida, reiterar seu caráter instrumental: “Sua perda ou compressão poderá resultar, sob sistemas de coercitiva concentração e rígida disciplina de esforços, num progresso mais acentuado e mais amplo. Mas este acabará por exaurir-se de todo, com a história em todas as suas seculares lições indefectivelmente proclama.” (Couto e Silva, 1981, p. 410)

Golbery explicava este aparente paradoxo por meio da *lei dos rendimentos decrescentes*, segundo a qual segurança, liberdade e desenvolvimento, embora em campos opostos ou diferenciados da vida social, mantinham entre si relações estreitas e interdependentes. Os três tinham de

ser minimamente garantidos, do que dependia o equilíbrio do todo e, portanto, o próprio desenvolvimento de cada um dos elementos.

À medida que se sacrifique o bem-estar, em proveito da segurança, canalizando recursos daquele para esta, o primeiro decresce, enquanto a segurança aumenta mais que proporcionalmente, a princípio; a partir de certo ponto, porém, sofre a curva acentuada inflexão, e os acréscimos, agora cada vez menores, acabarão por se anular de todo, quando se haja alcançado o que, teoricamente, corresponde ao máximo de segurança compatível com a limitação imposta pelos recursos disponíveis. Reduza-se, ainda mais, o bem-estar, e a própria segurança se verá, agora, decrescida. Segurança e Bem-Estar e, em plano mais elevado, Segurança e Liberdade são dilemas decisivos com que sempre se viu defrontada a humanidade, nunca, porém, como hoje, em circunstâncias tão dramáticas e tão imperiosas (...) . E, como dilemas da vida social, ambos, em ambos se manifesta uma bipolaridade não exclusiva, cada um dos termos opostos dependendo, em verdade, do outro pela função anteriormente descrita. (Couto e Silva, 1981, p. 370)

Um nível mínimo de liberdade, como de bem-estar, era, pois, indispensável para o progresso e para a ordem. Líderes de todo o mundo, ouviram: não esperai que a diminuição da liberdade redunde sempre, inevitavelmente, em aumento da segurança do Estado, pois, “Além de certos limites, a Liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital da Segurança”. Não esqueci “a lição que tiranias aprenderam, no decurso dos séculos”: “Os escravos não são bons combatentes” (Couto e Silva, 1981a, p. 15). Não vos deixai atrair pela “maravilha argumentativa de Hobbes”, renascida “nas modernas doutrinas sofisticadas dos totalitários de todos os matizes e dos Salvadores pela Espada”, uma vez que, a despeito dela,

a Liberdade do cidadão dentro do Estado moderno precisa ser salvaguardada, e defendida também, dentro de limites que são irredutíveis até mesmo na guerra, sob pena de, sem ela – a Liberdade –, totalmente esvair-se a própria Segurança, em nome da qual tantas aventuras liberticidas se têm empreendido, desde que o mundo é mundo, com maior dose de arrogância ou maior capacidade de cinismo (Couto e Silva, 1981a, p. 15).

Golbery insistia neste caráter instrumental da liberdade, garante da segurança, afirmando, com seu peculiar estilo rocambolês: “Estejamos

certos de que defender a Liberdade é também, graças aos céus, alicerçar em sólidas bases a Segurança Nacional. E, se não o fora, miserável seria a vida do soldado nos Estados modernos” (Couto e Silva, 1981, p. 371).

Era, pois, fundamental encontrar um regime que, rejeitando o liberalismo inativo, não descurasse da importância que a liberdade tinha para a vida social. Este era um pecado em que, de acordo com sua visão, incorria o “totalitarismo”, o extremo oposto da democracia. Ele proporia como “terceira via” a democracia participativa e o planejamento democrático.

Para Golbery, o grande problema com relação ao totalitarismo era que este sistema teria avançado para além do que seria recomendável na condução da vida de cada indivíduo, criando controles sociais extremos. Era aí que se encontrava a oposição entre liberalismo e totalitarismo, que não se dava em termos de amplitude da ação estatal: estavam divorciados pelo método de controle social que adotavam.

Os fundamentos do totalitarismo (que aqui era qualificativo apenas do stalinismo, ao qual ele se contrapunha): a crença no “intervencionismo estatal polimorfo e prepotente como único meio de alcançar a justiça social”, o que pressupunha “a liberdade e a igualdade integrais, admitindo-se a onisciência e a incorruptibilidade como qualidades incontestes de uma minoria fanatizada a dirigir, pelo terror, uma burocracia parálitica e temerosa”; o uso da propaganda, complementada pela repressão, “para amoldar rigorosamente a vontade individual e a consciência do povo aos cânones traçados pela decisão todopoderosa de líderes carismáticos e sua banda de protegidos”; “uma economia rigidamente dirigida, multiplicando-se os órgãos estatais de controle, arruinando-se as empresas privadas pela nacionalização dos meios de produção, sufocando-se inteiramente a iniciativa privada e erigindo-se o sistema do monopólio generalizado do Estado”; e, por, a reafirmação, no campo internacional, do poder como critério de justiça, “desencadeando-se a guerra fria sub-reptícia e sistemática, para enfraquecer e desmoralizar os adversários até que o novo balanço de todas as forças em presença recomende o recurso à guerra cruenta e decisiva, como meio seguro de alcançar, como vitória, a dominação” (Couto e Silva, 1981, p. 19).

O contraponto destes crimes e do enorme sacrifício do povo não podia ser negado:

É claro que ocorrerão, a par disso, impressionantes resultados, neste ou naquele setor, desde logo trombeteados pela propaganda como prova indiscutível das excelências do regime. Seria de admirar, por acaso, houve afinal alguns resultados dessa ordem, em face da desmesurada concentração de todos os esforços para certos fins limitados, com sacrifício das necessidades mais prementes do povo e de sua própria liberdade? Já a guerra, por várias vezes, apontara efeitos da mesma ordem. Na dura competição de Poder em que os Grandes se vêem empenhados, nada mais natural, pois, que o sistema totalitário leve, de imediato, indiscutíveis vantagens. (Couto e Silva, 1981, p. 409)

O progresso material era conseguido, admitia Golbery, “não só através da técnica stakanovista, exaustiva e inumana”: “A sociedade totalitária, qualquer que ela seja, recorre também, por certo, a estímulos e prêmios”, sendo “os privilégios de que goza, na Rússia de hoje, a moderna elite de cientistas e técnicos” o melhor testemunho disso (PE, p. 408).

Um tal sistema estava, contudo, fadado ao fracasso: como visto, o sacrifício da liberdade em nome da segurança, abaixo de certo nível mínimo, tornava-se contraproducente, agindo forçosamente em detrimento do próprio sistema.

Golbery destacava, ainda, um outro aspecto da mesma questão:

um governo autoritário só se mantém enquanto é eficiente. Ele não tem legitimidade constitucional. Então, a legitimidade dele está no factual, na prática. Ele só é considerado legítimo enquanto está melhorando a situação de todo mundo, enquanto está produzindo resultados aceitáveis. (...) isso é uma utopia (Apud Bardawil, 1987).

O general estava ciente, e não o escondia, de que o sistema democrático não estava isento de muitos dos problemas atribuídos ao totalitarismo. Porém, para ele, estes problemas não eram, aqui (ao contrário do que ocorria no totalitarismo), inerentes ao próprio sistema, mas constituíam-se em desvios ocasionais de percurso.

Segundo Oliveiros Ferreira, ao fim, Golbery sucumbia à antinomia autoposta comunismo versus democracia, ficando incapacitado de encontrar um sistema político em que segurança jurídica, eficácia e segurança nacional se coadunassem. Desta forma,

proposição teórica básica do general (...) demonstra uma contradição inibitória da ação (a condenação verbal de Hobbes e a aceitação de seu universo de pensamento; a condenação do liberalismo e o apego à democracia representativa e às formas liberais, ainda que restringidas, de organização da opinião; a defesa do Ocidente – uma categoria abstrata em que a democracia e o cristianismo se confundem com a propriedade privada dos meios de produção – e a condenação do lucro) (Ferreira, 1984, p. 594).

Assim, deslocando do Estado para o controle social a essência do totalitarismo, Golbery ficava livre para pleitear uma ação estatal forte, principalmente no setor da economia, embora sob moldes diferentes do totalitarismo: o planejamento democrático. Diante do falso dilema anomia ou totalitarismo, a terceira via era o planejamento democrático que seria, segundo o general – “Se não tivermos medo ao espectro de Marx” – “um processo dialético, evoluindo sempre mediante a conciliação, em plano superior, das teses e das antíteses que definem suas contradições imanentes” (Couto e Silva, 1981, p. 260).

Esta dialética abriria “uma nova era para a história da humanidade, a era de planejamento, de liberdade e de justiça – eficácia e pleno rendimento para as atividades humanas, ampla e livre extensão à personalidade individual e consciente de seus deveres sociais” (Couto e Silva, 1981, pp. 22-3). E complementava:

o planejamento é de fato o único método de conduzir com eficiência a política de uma nação, o caminho único para a libertação do empirismo e do regime de improvisações dispendiosas e muitas vezes desonestas, o meio seguro de coordenar vontades e congregar esforços na consecução de elevados propósitos comuns (Couto e Silva, 1981, p. 25, grifos nossos).

O planejamento democrático contribuiria para transformar o potencial nacional em poder nacional efetivo, que é a “integração de todas as forças

nacionais, de todos os recursos físicos e humanos de que dispõe cada nação, de toda a sua capacidade espiritual e material, da totalidade de meios econômicos, políticos, psicossociais e militares que possa reunir para a luta” (Couto e Silva, 1981a, p.12).

Em outros termos, como “nem sempre dispõe o Estado de um poder nacional à altura das responsabilidades decorrentes da guerra ou, nem mesmo, das que tenham sido assumidas no período de paz”, “tratar-se-á, imperativamente, de fortalecer esse poder, desenvolvê-lo no tempo devido e por todos os processos”, a fim que, “no balanço vital entre possibilidades e necessidades, entre meios e fins, entre obrigações e recursos, não subsista um déficit fatal que pressagie, para a Nação, a derrota e a servidão e a morte”. “Maximizar o Poder Nacional, em face das exigências impostas pelo fantasma da guerra que já nos persegue – eis um dever a que se não podem esquivar, de forma alguma, as Nações atentas ao futuro que de todas se avizinha a passos tão agigantados.” (Couto e Silva, 1981a, p. 12)

O general Golbery proporia, a este respeito, uma aliança estratégica com os Estados Unidos, a fim de que cooperassem com o desenvolvimento (subordinado) do Brasil. Acreditava que o país era o lócus privilegiado para a aplicação de uma sorte de Plano Marshall que construiria um cordão sanitário para impedir a entrada do comunismo na América Latina. Serviria como exemplo da solidariedade cristã-democrática, mas mais que tudo melhoraria o nível das massas, vacinando-as contra aquele vírus malsão (Cf. Assunção, 2004). Suas propostas representaram, na prática, com alterações pouco substanciais, o programa da ditadura militar imposta em 1964, de cujas conseqüências o país ainda sofre.

BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli F. A opção do Brasil pelo ocidente e a opção do ocidente pelo Brasil: o general Golbery encontra o Barão de Münchhausen. Revista Projeto História nº 29. São Paulo, Educ, dez./2004.

BARDAWIL, José Carlos. Pauladas a torto e a direito. Revista Senhor, São Paulo, 22 set. 1987.

COUTO E SILVA, Golbery. Declaração. O Estado de S. Paulo, 6 ago. 1976.

_____. Planejamento estratégico. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

_____. Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981a.

_____. Basta de trapaça. Entrevista a Elio Gaspari. Revista Veja, 16 mai. 1984.

COVRE, Maria de L. Manzini. A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático 64-81. São Paulo, Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Oliveiros. A Geopolítica do Brasil revisitada. Revista Política e Estratégia. São Paulo, v. II, nº 4, 1984.

MELLO, Leonel I. A. "Golbery revisitado: da democracia tutelada à abertura controlada". In: MOISÉS; ALBUQUERQUE. Dilemas da consolidação da democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

SCHILLING, Paulo. O expansionismo brasileiro: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo, Global, 1981.

ROCHA, Maria Selma. A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70. 1996. Dissertação (Mestrado) apresentada à FFLCH da USP, São Paulo.

NOTAS:

* Este artigo se compõe de partes modificadas de nosso trabalho O satânico Dr. Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

** Doutoranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC-SP. E-mail: vianoeli@uol.com.br

[1] Segundo Oliveiros Ferreira, o temor de que a civilização cristã-ocidental desapareça “inspira o pensamento do gen. Golbery; e de tal forma se faz sentir a presença desse elemento irracional nas páginas introdutórias que se poderia dizer que o conceito de Segurança Nacional desenvolvido na Geopolítica do Brasil nele se baseia” (Ferreira, 1984, pp. 586).

[2] Para Golbery, o essencial da democracia não era a defesa das liberdades, embora isso fosse fundamental, mas a própria participação. Esta daria legitimidade e força para o Estado tomar uma série de decisões, às vezes contrárias aos interesses imediatos de quem decidia. Pode-se dizer ele propunha uma democracia metodológica ou procedimental, no sentido de que não importava muito o que era decidido, mas como isso era feito. Assim, via “na democracia, muito mais ponderável e crítico, o fator participação, criador e dinâmico, do que a plena garantia de liberdades, por mais fundamentais que sejam estas” (Couto e Silva, 1981, p. 493). Resta, ainda, assinalar que defendia uma democracia de caráter estritamente partidário ou institucional, coerente com a exclusão das massas dos âmbitos decisórios fundamentais.